

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.843.019 - SP (2019/0307412-2)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
RECORRENTE : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : CLAUDIA CARDOSO CHAHOUD E OUTRO(S) - SP118250
RECORRIDO : LABORPRINT GRAFICA E EDITORA EIRELI
ADVOGADOS : ADIRSON DE OLIVEIRA BEBER JÚNIOR - SP128515
MARCOS VINÍCIUS COSTA - SP251830

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. ALTERAÇÃO DA TAXA DE JUROS COMPONENTE DO CRÉDITO EXEQUENDO. EXTINÇÃO PARCIAL. VERBA HONORÁRIA DE SUCUMBÊNCIA. POSSIBILIDADE. RECURSO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo ESTADO DE SÃO PAULO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no qual alega violação do art. 85 do CPC/2015 e discute a possibilidade de arbitramento de verba honorária de sucumbência na hipótese de o juízo da execução acolher exceção de pré-executividade para substituir a taxa de juros moratórios utilizada no cálculo do crédito tributário exequendo.

Contrarrazões apresentadas por LABORPRINT GRAFICA E EDITORA LTDA. (fls. 160/164).

Passo a decidir.

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC (Enunciado n. 3 do Plenário do STJ).

Considerado isso, importa mencionar que o recurso especial se origina de agravo de instrumento interposto pela sociedade empresária contra decisão que, ao acolher parcialmente a exceção de pré-executividade, deixou de arbitrar verba honorária de sucumbência.

Na exceção de pré-executividade, a parte executada defendeu a inconstitucionalidade de juros moratórios superiores à taxa selic e o caráter confiscatório da multa fiscal (fls. 49/59).

O incidente, em 19 de junho de 2018, foi acolhido, em parte, assim (fl. 88):

Portanto, acolho em parte a exceção, para determinar à FESP que atualize o valor do débito, excluindo a incidência da Lei nº 13.918/09, aplicando a SELIC para todo o período, manifestando-se, após, em termos de prosseguimento.

Como houve acolhimento apenas de questão acessória ao débito, não cabe o arbitramento de verba honorária em favor da excipiente.

Ao julgar o agravo de instrumento, o Tribunal de Justiça decidiu pela necessidade da verba honorária com a seguinte fundamentação (fls. 134/134):

Trata-se de execução fiscal de débito representado pela CDA nº 1.226.608.491 (fls. 2/3, aqui fls. 18/19), relativo à ICMS no valor de R\$

Superior Tribunal de Justiça

10.054,12 e multa de R\$ 31.146,56, totalizando o valor atualizado de R\$ 79.996,26; a multa foi imposta através do AIM nº 4058051 de 20-3-2015, lavrado em desfavor da agravante por infringência aos arts. 61 e 59, § 1º, item 3, do RICMS (DE nº 45.490/000), e tem por fundamento o art. 85, II alínea 'c' c.c. §§ 1º, 9º e 10 da LE 6.374/89 (fls. 4/6 do agravo).

[...]

extinção parcial da execução, como se vê em Nefrologistas Associados S/C Ltda vs Município de Curitiba, EREsp nº 1.084.875-PR, 1ª Seção, 24-3-2010, Rel. Mauro Campbell Marques, em que reconhecida a prescrição de cinco dos sete autos de infração executados e afastada a exigência da extinção da execução, com extensão citação de precedentes, reiterado em Associação Evangélica Beneficente de Londrina - AEBEL vs Município de Londrina, REsp nº 1.192.177-PR, 2ª Turma, 15-6-2010, Rel. Eliana Calmon, onde determinou-se o pagamento da verba honorária pela extinção parcial da execução por prescrição de um dos créditos cobrados, e em Brasil Telecom S/A vs Sonia Carvalho Leffa Lumertz, REsp nº 1.134.186-RS, STJ, Corte Especial, 1-8-2011, Rel. Luís Felipe Salomão, em recurso repetitivo com a seguinte ementa:

[...]

5. Embora não convencido do entendimento ante o descabimento da fixação de verba honorária em simples incidentes (e como esse há muitos, em que aspectos mais ou menos relevantes da ação da execução são resolvidos no curso do processo), é a posição assumida pelo Superior Tribunal de Justiça e por este tribunal, em que a jurisprudência inclinou-se no sentido de que o acolhimento da exceção de pré-executividade, ainda que parcialmente, implica condenação do excepto no pagamento de honorários advocatícios.

[...]

A verba honorária deve levar em conta o grau de zelo do profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado, o tempo exigido pelo serviço e benefício obtido, conforme art. 85, §§ 2º e 3º do CPC; fixo-a no dispositivo, consideradas a simplicidade da causa e a pacificação da tese debatida.

O voto é pelo provimento em parte do agravo apenas para fixar a verba honorária em 10% sobre o proveito econômico obtido, nos termos do art. 85, § 3º, I do CPC. Faculto às partes oporem-se, em igual prazo, ao julgamento virtual de recurso futuro.

Pois bem.

Nos termos de pacífico entendimento jurisprudência deste Tribunal Superior, "é possível a condenação da Fazenda Pública ao pagamento de honorários advocatícios em decorrência da extinção da Execução Fiscal pelo acolhimento de Exceção de Pré-Executividade" (REsp 1185036/PE, repetitivo, Rel. Ministro Herman Benjamin, Primeira seção, DJe 01/10/2010).

Na ação executiva fiscal, conforme estabelece o art. 6º, § 4º, da Lei n. 6.830/1980, "o valor da causa será o da dívida constante da certidão, com os encargos legais".

E se o acolhimento da exceção de pré-executividade tiver impacto sobre o montante do crédito exequente, ainda que parcial, possível a fixação da verba honorária (v.g.: AgInt nos EDcl no REsp 1769192/SP, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 18/11/2019; AgInt no REsp 1495088/RS, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 10/05/2019; EDcl no REsp 1678163/RJ, Rel. Ministro HERMAN

Superior Tribunal de Justiça

BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 02/08/2018).

Não obstante, deve-se anotar que, "nos casos em que o acolhimento da pretensão não tenha correlação com o valor da causa ou não permita estimar eventual proveito econômico, os honorários de sucumbência devem ser arbitrados, por apreciação equitativa, com observância dos critérios do § 2º do art. 85 do CPC/2015, conforme disposto no § 8º desse mesmo dispositivo" (AREsp 1423290/PE, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 10/10/2019).

No caso específico dos autos, é certo que a parcela dos juros moratórios compõe o montante do crédito exequendo, o qual dá lastro ao valor da execução e, por isso, a alteração da respectiva taxa tem impacto direto no montante cobrado. Nesse contexto, se é determinada a utilização de taxa de juros menor, com redução do crédito exequendo, **a hipótese equivale à extinção parcial** e, assim, autoriza o arbitramento da verba honorária advocatícia, devendo o juízo da execução, ao término do processo executivo, levar o fato em consideração quando do arbitramento da sucumbência final.

O Tribunal de Justiça, portanto, decidiu em conformidade pacífico entendimento jurisprudencial (Súmula 83 do STJ) e com a legislação em vigor ao estabelecer o percentual de 10% sobre o proveito econômico obtido, nos termos do art. 85, § 3º, inc. I, do CPC/2015.

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES

Relator